



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES  
Curso de Licenciatura em Letras

## Linguagem Sexista na Língua Portuguesa: norma e uso

Shirley da Luz Villela  
Brasília, dezembro de 2010



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB  
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES  
Curso de Licenciatura em Letras

## Linguagem Sexista na Língua Portuguesa: norma e uso

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Letras pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília, tendo como Professora-Orientadora a Dnda. Cátia Martins.

Shirley da Luz Villela  
Brasília, dezembro de 2010

Dedico este trabalho ao Atila, homem que escolhi e que me escolheu há quinze anos para dividir e construir a vida. Afirmando, com carinho, que, sem seu apoio, estímulo, companheirismo e amor, teria sido impossível finalizar mais esta etapa da minha vida. Portanto, concluir este curso é uma conquista nossa.

À minha filha Izabel e ao meu filho Alexandre pela paciência por suportar minha ausência noturna por três longos anos; pelo amor, carinho e aprendizado que tanto uma quanto outro me proporcionam ao longo dos 20 anos que sou mãe. São, sem dúvida, a maior fonte de inspiração, desafio e aventura da minha vida.

A meu pai e minha mãe, pela dedicação, amor e entrega desses dois seres, que não só me ofertaram a vida, como me deram estímulo e liberdade para alimentar minhas sedes e fomes do mundo.

A Andreia, Isabela, Klaus e Ricardo pela amizade, amor, apoio, carinho e companheirismo sempre cultivados em nosso “grupo primário”. Vocês foram a maior riqueza acumulada ao longo da faculdade e espero nunca perdê-los de vista.

A grandes amigos e amigas que também estiveram presentes com amor, estímulo e apoio, antes e durante a faculdade: Marcia T., Dani, Carla, Marcia V., Glaucia, Anacris, Claudinha, Maia, Wellington, Iara, Caio, Ana Carol, Tanimara, Nina, Adelaide, Joana e tantas outras pessoas que não caberiam nessa página de agradecimentos.

Aos professores e às professoras que me guiaram e conseguiram responder as minhas muitas perguntas, sempre com paciência, dedicação e disposição para compartilhar o conhecimento.

“[...] podemos ter com a linguagem um relacionamento de sujeição às fórmulas prontas, contentando-nos com a repetição de um discurso aprendido, ou podemos aceitar o desafio de investigar o funcionamento desse mesmo discurso e descobrir os meios de colocar a língua a serviço de nossa criatividade.”

José Carlos de Azeredo

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa desenvolveu uma análise das normas gramaticais em relação aos gêneros masculino e feminino, com o objetivo de verificar como as regras estabelecidas sobre o emprego do gênero masculino diante de nomes biformes – selecionado para representar o conjunto expresso pelos gêneros masculino e feminino – podem reforçar a desigualdade entre homens e mulheres, ainda presente na sociedade brasileira contemporânea. Para tanto, foram analisadas as práticas sociais de emprego da norma padrão da língua escrita no Brasil, em um artigo da Constituição Brasileira de 1988, em textos de livros didáticos e em um editorial de grande circulação, tendo três manuais da língua portuguesa como referência teórica e os aspectos ideológicos como referência sócio-histórico-cultural das redes sociais. Foi possível constatar, a partir desta pesquisa, que o tratamento dado às questões de gênero, tanto pela norma quanto pelo uso sociointeracional da língua, corrobora para a manutenção dos aspectos sexistas, percebido em diferentes discursos presentes na sociedade: jurídicos, didáticos, midiáticos e normatizadores.

Palavras chave: gênero, linguagem sexista, norma e interação

## SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1 – A dominação masculina e a construção social dos papéis do homem e da mulher	15
Capítulo 2 – O papel da linguagem e a questão de gênero na Língua Portuguesa	22
Capítulo 3 – Análise das normas e do uso do gênero em Língua Portuguesa	29
Considerações Finais	43
Referências	53

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa está inserido no tema de estudos da língua portuguesa, na área de morfossintaxe, e apresenta, também, uma abordagem social, histórica e política do uso da língua.

Seu objetivo é demonstrar se a linguagem corrobora, por meio de sua normatização, com a perpetuação de valores e costumes da sociedade, no que diz respeito ao modelo androcêntrico e patriarcal, por meio da análise do uso do gênero masculino para representar homens e mulheres. Visa identificar como esses conceitos estão refletidos nas regras gramaticais da Língua Portuguesa e, também, observar seu emprego nas práticas sociais.

A motivação para a realização dessa pesquisa partiu da observação do trabalho de algumas organizações que lidam com temas relacionados às áreas sociais, como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Estas organizações (entre outras), que buscam soluções para problemas sociais presentes nas sociedades contemporâneas, têm como uma das vertentes mais importantes de trabalho o combate ao preconceito e à intolerância<sup>1</sup>, em todas as suas formas e disfarces, por meio da compreensão das razões pelas quais esses fenômenos aparecem e permanecem nas sociedades.

---

<sup>1</sup> Intolerância aqui refere-se ao conceito amplo utilizado pela III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada pelas Nações Unidas em Durban, África do Sul, em 2001. Embora a conferência tenha ficado conhecida como Conferência contra o Racismo, ela contemplava uma agenda ampla que incluía temas como intolerância religiosa, homofobia, xenofobia, conflitos étnicos e migração de pessoas.



O racismo, por exemplo, foi historicamente tratado como inexistente na sociedade brasileira, que durante muito tempo acreditou viver em uma "democracia racial". No entanto, tanto essa discriminação como a manifestação desse preconceito são perceptíveis em diversas situações cotidianas, sendo quase impossível alguém viver no Brasil sem presenciar alguma situação discriminatória com caráter racista.

Quanto ao gênero, tanto meninas quanto meninos, no período infantil, podem – por meio de vários mecanismos, velados ou explícitos – aprender a reproduzir o padrão patriarcal na família e na escola, para só reduzir a estes dois espaços. Estes mecanismos já estão naturalizados pela maioria da sociedade e sua reprodução se comporta como uma tradição a ser mantida (BRASIL, 2009). Como exemplos, extraídos do livro *Gênero e Diversidade na Escola*<sup>2</sup> (BRASIL, 2009), podemos citar alguns:

O predomínio de livros didáticos e paradidáticos em que a figura da mulher é ausente ou caracterizada como menos qualificada que o homem contribui para uma imagem de inferioridade feminina, por um lado, e superioridade masculina, por outro. É o caso dos livros em que a mulher ocupa os lugares de menos prestígio, como, por exemplo, a organização e limpeza da casa, ou quando aparece como ajudante nas atividades masculinas, como enfermeiras e garçonetes. (p.27-28)

[...] oferecer apenas aos meninos bola, bicicleta e skate, por exemplo, indica-lhes que o espaço público é deles, ao passo que dar às meninas somente miniaturas de utensílios domésticos (ferro de passar roupa, cozinha com panelinhas, bonecas, batedeira de bolo, máquina de lavar roupa etc.) é determinar-lhes o espaço privado, o espaço doméstico. (p.49)

[...] o número de horas empregadas pelas mulheres no cuidado da casa é três vezes superior ao tempo que os homens dedicam às atividades do lar. (p.49)

Desde crianças, as meninas podem ser preteridas pelos pais em relação aos irmãos. (p.65)

---

<sup>2</sup> Este livro foi organizado conjuntamente pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Ministério da Educação (MEC), e publicado pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/UERJ) como parte de um projeto de formação continuada de professores e professoras em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.

Há, ainda, outras sutilezas não tão facilmente perceptíveis – inclusive pelas mulheres – pelo fato de já terem sido naturalizadas no cotidiano da sociedade. Uma dessas sutilezas está presente na linguagem empregada em situações cotidianas e é possível considerar que, em função de seu uso frequente, acabe se naturalizando. Em diferentes contextos de sala de aula, ainda são reproduzidas máximas tais como: “o homem pré-histórico vivia em cavernas”. Ao ouvir tal afirmação, jovens estudantes podem se perguntar: “e as mulheres, onde será que viviam? Nas árvores?” Contudo, no Brasil, desde a infância, as meninas passam a compreender que essa é uma convenção dificilmente contestada pelos adultos. E o substantivo *homem*<sup>3</sup>, na representação acima, também é comumente encontrado em materiais didáticos sendo grafado com letra maiúscula, o que colabora para reforçar uma convenção sexista do emprego do gênero masculino como padrão.

No caso da Língua Portuguesa, chama a atenção o fato de alguns manuais de padronização da língua preconizarem que diante de nomes biformes, seleciona-se a forma masculina para representar o conjunto expresso pelas formas masculina e feminina. Entretanto, ainda de acordo com os manuais de gramática consultados para a produção desse trabalho (AZEREDO, 2008; BECHARA, 2006; CUNHA; CINTRA, 2001), a normatização da Língua Portuguesa contempla apenas dois gêneros: o masculino e o feminino. Não existe gênero neutro, nem nenhuma regra que coloque o masculino como um gênero neutro a ser empregado diante de nomes biformes. Nesse contexto, cabe a pergunta: quem determinou que o masculino deve ser neutro? É preciso lembrar que essa é uma lição ensinada logo na aquisição da língua e que instrui usuários e usuárias por toda a vida, quer seja pela contínua

---

<sup>3</sup> Homem escrito com letra maiúscula pode, também, referir-se ao gênero taxionômico da biologia (reino, classe, família, gênero e espécie).

aprendizagem escolar da norma padrão, quer seja pelo uso social da língua falada e escrita.

As mulheres têm dificuldade em sentir-se representadas quando são proferidas frases como: *os alunos da escola...*; ou *os contribuintes brasileiros...*; ou *todos os cidadãos...* Simbolicamente, essas mulheres não aparecem descritas nessas formas de expressão, tornando-se socialmente invisíveis, sem representação, aparecendo com frequência em referência aos homens ou, em alguns casos, subordinadas a eles.

De acordo com Eco (2009, p.6), um dos critérios para a escolha do tema de uma monografia, a qual ele denomina *tese*, é “que o tema responda aos interesses do candidato (ligado (...) às suas leituras, sua atitude política, cultural ou religiosa)”. Essa premissa corresponde ao objetivo deste trabalho que pode ser compreendido como a tentativa de contribuir com a discussão que vem sendo realizada em diversos países, vinculando a evolução das línguas aos avanços sociais conquistados pelas mulheres, por meio da luta feminista. Para isso, a pesquisa se propôs a analisar as normas gramaticais relativas ao gênero e verificar o quanto essas normas possibilitam às pessoas usuárias da Língua Portuguesa a manutenção de uma postura sexista quanto ao emprego do gênero.

O objetivo principal foi analisar a abordagem das normas gramaticais sobre gênero descritas em alguns manuais de padronização da Língua Portuguesa e para tanto, procurou-se identificar o emprego do gênero masculino como forma genérica em algumas práticas sociais da língua: no texto editorial de um jornal de grande circulação nacional, em dois textos didáticos e em um artigo da Constituição Brasileira de 1988.

Cabe ressaltar que os movimentos sociais – especialmente as organizações feministas e de mulheres – há algum tempo têm se esforçado para trazer esse tema ao debate, por meio do emprego de formas como *o/a*, *o(a)* ou o símbolo @ (arroba) para representar homens e mulheres em textos de circulação interna e em suas publicações, buscando dar visibilidade equitativa aos gêneros. Porém a utilização desses mecanismos acaba tendo alcance limitado, restrito ao próprio campo de ação e ao público alvo desses movimentos sociais.

Além da limitação no alcance, algumas publicações internacionais<sup>4</sup> consultadas afirmam que as maneiras utilizadas para remediar o problema apresentado não são as mais adequadas para representar as mulheres, uma vez que ao empregá-las faz-se referência ao equivalente masculino; e também porque não oferecem às mulheres o privilégio da individualidade marcada por um termo definido linguisticamente. Entretanto, essas mesmas publicações, que foram editadas em diversas partes do mundo, em línguas diferentes e por diferentes tipos de instituições, tendem a aceitar tais tentativas como adequadas à produção de uma linguagem com caráter inclusivo.

O que todas essas evidências parecem demonstrar é que a linguagem tem um papel determinante no fortalecimento da representação simbólica das mulheres, para dar visibilidade às mesmas em todos os âmbitos, para mudar sua significação na construção da estrutura linguística, na mesma medida em que as mulheres transformaram seu papel na esfera social. Espera-se que a linguagem em uso na

---

<sup>4</sup> Essas publicações, cujas referências completas podem ser encontradas nas Referências, são: , *Manual para o uso não sexista da linguagem*, publicado pela Red de Educación Popular entre Mujeres de América Latina y el Caribe (Repem), sediada no Uruguai; *Guidelines on gender-neutral language*, realizado e traduzido para quatro línguas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), de Paris; e *Nombra*, publicado pelo Instituto de la Mujer do governo da Espanha, documento norteador das reflexões originárias para a elaboração deste trabalho.

sociedade possa acompanhar também as representações sociais e as suas transformações quanto ao emprego do gênero.

Cabe ressaltar que um dos documentos mais consultados para este trabalho, o *Nombra*<sup>5</sup>, foi (e continua sendo) muito importante para o movimento feminista, em função de ter sido o primeiro documento oficial, produzido em 1995 pelo governo de um país (Espanha), a tratar do tema e a instalar uma normativa diferenciada na língua espanhola, ampliando dessa forma a discussão em outros países. Na publicação *Nombra* afirma-se que as línguas costumam ser generosas ao oferecer opções para substituição de vários termos, permitindo que ambos, homens e mulheres, signifiquem adequadamente o que são, o mundo em que vivem e as relações que nele são produzidas (ALARIO et alli, 1995, p.5). Sem dúvida, esse é também o caso da Língua Portuguesa.

O capítulo 1 deste trabalho, apresenta o tema da dominação masculina e da construção social dos papéis do homem e da mulher, tendo como referência teórica o livro *A Dominação Masculina*, de Pierre Bourdieu (2003). Será descrita a maneira como o autor percebe essa dominação, a forma como se instalou e continua sendo perpetuada nas sociedades ocidentais, suas principais fontes de reprodução e alguns de seus paradoxos e contradições.

---

<sup>5</sup> *Nombra* é o nome da Comissão Assessora sobre Linguagem do Instituto da Mulher do governo da Espanha, "constituída por especialistas de distintos campos de conhecimento, que compartilham o interesse comum de nomear o mundo tal como é, ou seja, em feminino e em masculino." (p. 5) A publicação de mesmo nome foi editada em 1995 como fruto do trabalho dessa comissão e se propõe a pensar a linguagem sob uma perspectiva inclusiva que considere "a condição sexuada da humanidade e a existência das mulheres como sujeitos livres e autônomos com voz própria." (p. 5)

No capítulo 2, há uma reflexão sobre o papel da linguagem para os seres humanos e para as sociedades em geral. Também serão apresentados os conceitos que diferenciam sexo e gênero.

O capítulo 3 consiste no corpus desta pesquisa, apresentando as análises das regras gramaticais referentes a gênero e ao uso do masculino como genérico para representar homens e mulheres, extraídas dos manuais de gramática selecionados. Ainda neste capítulo, serão apresentados os exemplos do emprego dessas regras nas práticas sociais, por meio dos textos de circulação social escolhidos e anexos a este trabalho.

## **CAPÍTULO 1**

### **A dominação masculina e a construção social dos papéis do homem e da mulher**

A metodologia aplicada a este trabalho de pesquisa implica na análise de alguns manuais de gramática (detalhada no capítulo 3) para verificar a maneira como estão definidas as noções de gênero da língua portuguesa e como é normatizado o emprego dos gêneros masculino e feminino nesses manuais. Além disso, irá verificar também o uso da língua em práticas sociais. No entanto, para compreender a matéria, é necessário inserir um breve histórico sobre a posição e o processo de definição social dos papéis do homem e da mulher nas sociedades ocidentais, além de definir alguns conceitos importantes para a compreensão dos temas que serão abordados. O presente capítulo pretende cumprir esse objetivo.

A história da civilização ocidental nos mostra que o papel determinado à mulher em diversas sociedades é muito semelhante, mesmo quando analisado em momentos e lugares diferentes. Também demonstra como foram construídos, consciente e inconscientemente, arquétipos<sup>6</sup> que colocaram a mulher no espaço privado, doméstico, distante das grandes decisões sociais, com perspectiva limitada em sua liberdade (de ser, pensar, agir, ir ou vir), dependente dos homens e subordinada a eles.

Essa relação de subordinação, a que Bourdieu (2003) chama de dominação masculina, faria parte, segundo o autor, de um dos grandes paradoxos de organização das sociedades modernas: o fato de não haver tantas transgressões e

---

<sup>6</sup> Na psicologia analítica, criada por Carl Gustav Jung, o conceito de arquétipo se refere às imagens primitivas inseridas no inconsciente coletivo desde os primórdios do ser humano, resultado das vivências experimentadas ao longo de várias gerações (JUNG, 2000, p.16).

revoltas, mesmo quando as relações de direitos e privilégios produzem tantas desigualdades e injustiças, como é o caso da relação de subordinação estabelecida entre homens e mulheres. O que mais o surpreende é que essas dominações sociais de diversas ordens se perpetuam de maneira tão fácil e suas consequências acabam sendo aceitas socialmente e tratadas como se fossem naturais. O autor cita, especificamente, a violência simbólica como instrumento de imposição e sustentação da dominação masculina:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2003, p.7)

Bourdieu (2003) segue em sua análise questionando a maneira como os fatores de produção dessa dominação foram tratados até então, inclusive pelos movimentos de mulheres. O autor sugere que talvez os mecanismos de reprodução e eternização do processo estejam nas instituições, que sempre trataram de reforçar e ratificar esses mecanismos, a despeito da significativa mudança de papéis alcançada pelas mulheres.

É aqui que nos deparamos com um novo paradoxo, capaz de obrigar a uma completa revolução na maneira de abordar o que já se tentou estudar sob forma de "a história das mulheres": será que as invariáveis que se mantêm, acima de todas as mudanças visíveis da condição feminina, e são ainda observadas nas relações de dominação entre os sexos, não obrigam a tomar como objeto privilegiado os mecanismos e as instituições históricas que, no decurso da história, não cessaram de arrancar dessa mesma história tais invariáveis? (BOURDIEU, 2003, p.10)

Segundo o autor, o movimento feminista concentrou sua observação e intervenção no âmbito doméstico e nas formas como se reproduzem ali os modelos de dominação. Estão entre os temas principais dessa agenda a violência (física e simbólica) dos homens contra as mulheres e a divisão desigual dos trabalhos domésticos. O questionamento que Bourdieu (2003, p.46) faz é se as “instituições, famílias, Igreja, Escola e Estado” não estariam sendo muito mais eficientes e até



mesmo responsáveis pela manutenção e reprodução desse modelo, do que o âmbito privado.

Mas como será que ocorre esse processo lento e insidioso que instala desde tempos imemoriais a dominação do homem sobre a mulher? Segundo Bourdieu (2003), esse processo começa pelos corpos. É por meio de uma representação negativa do próprio corpo e do próprio sexo que a mulher, dominada, reproduz, ela mesma, as estruturas da relação de dominação. As representações simbólicas associadas à ereção ou em relação ao fato de os órgãos femininos não serem aparentes, constroem e são construídas, como pilares do reconhecimento da hierarquia entre os gêneros, engendrada pela ordem social. O autor também afirma que:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; (...) é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2003, p. 18)

O autor sustenta que a força simbólica exerce-se sobre os corpos quase magicamente, sem qualquer coação física, e que age a nível inconsciente e profundo. Argumenta que só é possível manter uma dominação como essa por meio de um *imenso trabalho prévio*, necessário para produzir tal nível de *transformação duradoura dos corpos*, que acaba sendo tão poderosa porque é exercida de *maneira invisível e insidiosa* e pelo contato ostensivo, *precoce e prolongado* com as *estruturas de dominação* (BOURDIEU, 2003, p.50).

A consequência direta dessa construção cultural é o aprisionamento da mulher nos papéis de cuidadoras da família e do lar, sem liberdade para exercer seus próprios

pensamentos, ideias e ideais, sem permissão para ir além do que lhe é dado como possibilidade, ora subordinada ao pai, ora ao marido, sempre referenciada aos homens.

Historicamente, coube à mulher a representação do estigma das características do que se convencionou chamar de *feminino*, ou seja, “o obscuro, o secreto, o estranho” (RODRIGUES, 2009, p.26), além das associações com inconstância, instabilidade, mistério, irracionalidade e perigo. Essa carga de elementos – não obstante serem características inerentes a todos os seres humanos – vem sendo atribuída sistematicamente à mulher, a seu comportamento e a seu corpo. Esse corpo que é a nascente dos pecados humanos e que subverte o comportamento do homem (RODRIGUES, 2009).

Seguindo ainda a lógica de Bourdieu (2003), sobre as instituições e seu papel na perpetuação dessa dominação reforçando a ideia negativa do corpo feminino, Nunes (apud RODRIGUES, 2009, p.25) destaca a Igreja e o cristianismo, que associam o feminino à *inferioridade* e à subordinação, uma vez que a mulher teria sido feita a partir da costela de Adão; e ao *diabólico*, já que ela teria caído em tentação, induzindo Adão ao pecado. Essa visão, bastante acentuada na Idade Média e no Renascimento, permanece até os dias de hoje. Ao se pensar que a Era Medieval – totalmente dominada pela Igreja Católica – durou cerca de mil anos, pode-se imaginar quão cristalizada ficou essa imagem e o quanto ela foi determinante nos papéis assumidos por ambos os sexos nas sociedades ocidentais.

Infelizmente, essa visão *negativa* do feminino pela Igreja Católica é compartilhada por outras religiões, que tratam a mulher e seu papel social de forma inferior em detrimento ao papel masculino, reservando-lhe um lugar na sociedade pouco destacado, sobretudo no espaço público. Como descreve o livro *Gênero e*

Diversidade na Escola, "[...] nas diferentes religiões, com algumas exceções, como é o caso das religiões de matriz africana, as posições de liderança são majoritariamente ocupadas por homens" (BRASIL, 2009). A título de ilustrar essa afirmação, vale citar brevemente o Judaísmo, deixando claro que será demonstrado apenas um exemplo sobre o papel determinado para as mulheres em outra religião ocidental, já que este trabalho não visa pesquisar a posição da mulher nas religiões.

De acordo com a rabina Sandra Kochmann (2005, p.37), no Judaísmo, a definição das regras que determinam "o dia-a-dia judaico" são baseadas na interpretação e análise dos textos bíblicos pelos rabinos (exclusivamente homens). Só para exemplificar, o versículo *Toda a glória da filha do rei na sua casa* (Salmo 45:14) ensina "que a honra de uma mulher exige que ela fique em sua casa, cumprindo sua função essencial de ter filhos e de facilitar ao seu marido o cumprimento dos preceitos". Outro exemplo, que deixa claro o lugar que a mulher ocupa na religião judaica, é a benção matinal, um dos agradecimentos diários a Deus. A benção feita pelos homens diz *Bendito sejas Tu, Eterno, nosso Deus, Rei do Universo que não me fizeste mulher*. A benção das mulheres diz *Bendito sejas Tu, Eterno, nosso Deus, Rei do Universo, que me fizeste segundo Tua vontade* (KOCHMANN, 2005, p.36). A participação das mulheres na leitura da Torá e na condução de serviços religiosos, assim como sua formação em estudos mais avançados do livro sagrado, só tem sido permitida em alguns países e congregações, e apenas dos anos 1970 para cá, em ritmo bastante lento e contra muita resistência. (KOCHMANN, 2005, p.43).

Segundo Rohden (apud BRASIL, 2009, p.70), também nas ciências biológicas, os conhecimentos pesquisados sobre o corpo da mulher parecem ter visado justificar a perpetuação da dominação masculina.

Na biologia e na medicina, o conhecimento sobre a saúde e o corpo da mulher pautou-se no seu aspecto físico, moral e de diferenciação entre os sexos, na tentativa de enfatizar a posição subordinada das mulheres na sociedade. Desde Aristóteles até Darwin, a mulher foi considerada uma versão incompleta ou menor do homem, “um desvio de tipo”, uma “monstruosidade”, ou um “erro” da natureza.

Em um processo tão arraigado e profundo de dominação como esse, em que "os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos" (BOURDIEU, 2003, p.51), as características do dominante passam a ser assumidas de forma imperceptível também pela parte dominada, determinando que “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (POUCHELLE apud BOURDIEU, 2003, p.23). Como explica Bourdieu (2003, p.23):

Assim, a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças.

Segundo Rodrigues (2009, p.26), as teorias psicanalíticas de Freud também apresentaram dualidades em relação ao feminino. Em um primeiro momento, Freud apresentou o conceito de feminilidade baseando-se na anatomia das diferenças sexuais. Em um segundo postulado, anos depois, mudou sua visão para a percepção de que as características normalmente atribuídas ao feminino – e às mulheres – pertencem a todas as pessoas da espécie humana, apenas expressadas de forma diferenciada por homens e mulheres, graças aos papéis atribuídos por cada gênero. Mesmo expresso de maneira diferente por cada gênero, esse feminino acaba sendo regido pela visão androcêntrica do elemento dominante, sendo legitimado continuamente pelo *preconceito desfavorável contra o feminino* e confirmado também pelas mulheres, como demonstra Bourdieu (2003, p. 44):

Essa lógica é a de maldição, no sentido profundo de uma *self-fulfilling prophecy*<sup>7</sup> pessimista, que provoca sua própria verificação e faz acontecer o que ela prognostica. Ela está em curso, quotidianamente, em inúmeras trocas entre os sexos: as mesmas disposições que levam os homens a deixar às mulheres as tarefas inferiores e as providências ingratas e mesquinhas (...), desembaraçando-se de todas as condutas pouco compatíveis com a ideia que eles têm de sua dignidade, levam-nos igualmente (...) a culpá-las se elas fracassam nos empreendimentos que deixaram a seu cargo — sem no entanto chegar a lhes dar crédito no caso de um sucesso eventual.

Para mudar o *status quo*, Bourdieu (2003) defende que não basta a conscientização das mulheres e sua vontade de combater a dominação, imposta de maneira tão profunda. Ele afirma que esse é o grande erro do movimento feminista, que não percebe que o processo é construído *aquém da consciência e da vontade* (BOURDIEU, 2003, p.54). Ele sustenta ainda que a transformação (ou perpetuação) dessa realidade depende da capacidade de transformar (ou perpetuar) as estruturas de dominação simbólica, presentes em quase todos os âmbitos dos espaços públicos e privados.

Dado o processo de contínua dominação androcêntrica nas sociedades, cabe uma reflexão sobre a língua e seu papel como parte dessa engrenagem; a língua como ratificadora da representação da mulher ou de sua subrepresentação, reafirmando e retroalimentando o círculo de manutenção desse perverso processo de dominação. Cabe às pessoas que realizam pesquisas sobre a língua serem capazes de buscar essa transformação a que se refere Pierre Bourdieu, para – a partir de pesquisas, estudos e recomendações às instâncias cabíveis – promover a reflexão sobre a importância da representação do mundo tal qual ele é, ou seja, em feminino e em masculino.

No próximo capítulo, será abordado o papel da linguagem, em geral, e da Língua Portuguesa no processo de dominação masculina, em particular.

---

<sup>7</sup> Essa expressão não tem tradução literal em português, mas é possível compreendê-la como a “profecia que se auto-cumpre”.

## CAPÍTULO 2

### O papel da linguagem e a questão de gênero na Língua Portuguesa

A linguagem tem um papel fundamental para as sociedades, não importa em que idioma, dialeto ou quais códigos utilize. É por meio da linguagem que o ser humano organiza e dá forma às suas experiências, se constitui e é constituído. É um produto social e histórico e o elemento que nos diferencia de todos os outros seres do planeta. Através da linguagem, toda a experiência e o conhecimento acumulados pela humanidade são transmitidos de geração a geração (UNESCO<sup>8</sup>, 1999). Mascuschi (apud ALVES, 2007, p.41) ressalta ainda que “a linguagem é uma forma de interação e ação social constitutiva do conhecimento”. Segundo Veiga-Neto (2005), Michel Foucault também assume a linguagem como “constitutiva do nosso pensamento e, em consequência, do sentido que damos às coisas, à nossa experiência, ao mundo.” (VEIGA-NETO, 2005, p.107).

Baseado nessas reflexões, pode-se inferir que o uso do masculino genérico pode prejudicar a representação das mulheres na língua falada e escrita, constituindo uma forma de construção do conhecimento que não permite às mulheres o (re)conhecimento, a significação e sua adequada representação.

Bruni (1989, p.4) relata como Michel Foucault fala da exclusão e do silêncio imposto às pessoas oprimidas. Foucault analisa que:

(...) o silêncio é o primeiro e mais forte componente da situação de exclusão, a marca mais forte da impossibilidade de se considerar sujeito àquele a quem a fala é de antemão desfigurada ou negada.

---

<sup>8</sup> O guia de 1999, editado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), é escrito originalmente em inglês. As citações de partes desse guia foram traduzidas livremente pela autora deste trabalho

Ao omitir as mulheres no discurso por meio da utilização do masculino como genérico (como será analisado no capítulo 3), estaria sendo gerado então um silêncio imposto pela linguagem ao sujeito “mulher” – sem mencionar os outros mecanismos de dominação expostos no capítulo anterior –, produzindo o que o movimento feminista chama de *invisibilização das mulheres* (ALARIO et alli, 1995; CERVERA, 2006). A filóloga feminista espanhola Teresa Meana (apud CERVERA, 2006, p.7) afirma que o sexismo e o androcentrismo produzem “o silêncio sobre a existência das mulheres, a invisibilidade, o ocultamento, a exclusão”. Meana ressalta que uma língua viva é passível de mudança – caso contrário, morreria – e, seguindo esse raciocínio, conclui que ao mudar a realidade, deve-se mudar também a forma de nomeá-la. (apud CERVERA, 2006).

As situações e práticas sociais de uso da língua, além de enfraquecer a autoestima da mulher e de não permitir que ela constitua sua identidade como sujeito ativo na sociedade, cumpre ainda o papel de *empoderar*<sup>9</sup> mais os homens e assim alimentar o ciclo de reprodução da cultura androcêntrica e patriarcal.

Alguns estudos sobre a língua portuguesa (AZEREDO, 2008; CARDOSO, 2009) afirmam que gênero e sexo são elementos distintos ao se considerar os estudos gramaticais da língua. Azeredo (2008), por exemplo, diz que existe uma confusão entre gênero (*categoria linguística*) e a noção biológica de sexo (*extralinguística*) (AZEREDO, 2008, p.158). Cardoso (2009) afirma que “a categoria de gênero é uma noção gramatical, que não tem a ver com sexo.” (CARDOSO, 2009, p.41).

---

<sup>9</sup> Termo derivado do verbo *empower* (que significa dar poderes, capacitar, habilitar) para o qual não há correspondência exata em português. Vem sendo usado por organizações da sociedade civil de diversas naturezas, tendo sido utilizado inicialmente pelo movimento de mulheres (IBASE, 2002, p.32, nota de rodapé). O termo ainda não está dicionarizado.

Entretanto, quando o gênero gramatical se refere às pessoas, faz referência ao sexo real e reflete a distinção entre mulheres e homens, o que deveria promover uma convergência entre sexo e gênero gramatical. As descrições das normas gramaticais conferem algumas exceções a essa convergência, quando tratam dos substantivos sobrecomuns, “que têm um só gênero gramatical para designar *pessoas* de ambos os sexos.” (CUNHA, C.; CINTRA, 2001, p.195). Alguns exemplos dessa classificação de substantivo são *vítima, criatura, pessoa, criança, cônjuge, indivíduo, testemunha*, entre outros, válidos para designar mulheres e homens, não importando se o gênero desses substantivos é masculino ou feminino. Existem, ainda, os substantivos comuns de dois gêneros, que apresentam uma só forma para masculino e feminino, havendo distinção de gênero pelo uso dos artigos, pronomes ou adjetivos que os acompanham. Alguns exemplos são *colega, estudante, motorista, cliente*, entre outros.

Rocha (apud CUNHA, 2008) assinala que, segundo estudo realizado por ele, “apenas 4,5% dos substantivos referem-se a seres sexuados (95,5% referir-se-iam a seres não-sexuados)” (CUNHA, 2008, p.29). Diante desses dados, muitas pessoas poderiam argumentar que não é relevante que haja mudanças na língua por um número tão pequeno de vocábulos, uma vez que a linguagem não sexista tenta romper com uma das estruturas de dominação masculina, como explicado por Bourdieu (2003) no capítulo 1 desta pesquisa.

Como em todo processo de mudança, a linguagem não sexista provoca resistências em alguns setores. Segundo Correia (1995), “é frequente afirmar-se que as línguas naturais se regem pelo princípio da **economia**”, que seria um dos pilares básicos que têm as línguas naturais. Segundo esse princípio, o uso da língua baseia-se “pela eliminação de toda e qualquer informação que possa ser tida como redundante. Este aspecto prende-se com o chamado **princípio do menor esforço**” (CORREIA, 1995, grifos da autora);



afirma-se que as mudanças para tornar a língua mais inclusiva acarretariam em duplicações (VASQUEZ, 2010). Possivelmente, uma das causas da escolha do masculino como genérico pode ter sido baseada nesse princípio.

É importante destacar, porém, que a proposta do uso de uma linguagem inclusiva para as mulheres não pretende ferir o pilar da economia da língua. A ideia de duplicar a linguagem sequer é adequada à situação, já que duplicar é produzir uma cópia igual do mesmo objeto (ALARIO et alli, 1995). Portanto não é uma repetição nomear em masculino e em feminino quando se quer representar grupos mistos. Quando se diz *meninos* e *meninas*, não se trata de fazer uma cópia, já que um não é igual ao outro, assim como não é repetição quando se diz azul, amarelo, verde ou preto. Quando se usa *cores*, fala-se de todas, da mesma forma que quando se usa *crianças*, nomeia-se a meninos e meninas (ALARIO et alli, 1995). Vasquez (2010) ressalta ainda que:

Não se trata de repetir todas as palavras da frase com flexão de gênero, senão de duplicar, pelo menos em uma ocasião, palavras que aludem a mulheres e homens para que amb@s estejam explicitamente mencionados e sejam visíveis na representação mental que fazemos da realidade. Com frequência, é preferível que se duplique o grupo nominal da frase (já que a nível cognitivo é o que tem mais poder evocador em criar uma imagem mental determinada), mas dependendo de cada caso, pode resultar mais apropriado duplicar o artigo (“os e as jornalistas”) ou o adjetivo (“profissionais qualificadas e qualificados”).<sup>10</sup>

A ser assim um pilar tão rígido, deveria haver mais resistência à adesão de palavras estrangeiras, que invade nosso cotidiano em grande quantidade, e que não parece ser encarada como violadora do princípio de economia da língua.

---

<sup>10</sup> A tradução livre deste texto do espanhol para o português foi realizada pela autora deste trabalho.

## Diferença entre gênero e sexo

Como forma de contribuir para aclarar as diferenças entre gênero e sexo – gênero como construção social, não com sentido gramatical – seguem alguns conceitos.

Sexo pode ser definido como o conjunto de características físicas, biológicas, anatômicas e fisiológicas dos seres humanos que os definem como macho ou fêmea. Reconhece-se a partir de dados corporais, genitais, sendo o sexo uma construção natural, com a qual se nasce. Importante ressaltar que os animais também são machos e fêmeas, mas não são homens e mulheres, masculino e feminino (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004).

O conceito de gênero, tal qual é reconhecido hoje, começou a ser utilizado no início dos anos 1970, e designa o conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas de forma diferenciada de acordo com o sexo. Essas características são construções socioculturais que variam através da história. Simone de Beauvoir provavelmente se referia a elas quando, em seu livro *O Segundo Sexo* (1949), pronunciou a célebre frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p.9).

Esse conceito foi criado para delimitar uma fronteira entre as características sexuais biológicas e o modo como elas foram utilizadas para influenciar *comportamentos e competências*, designados como *masculino* e *feminino* (PILCHER; WHELEHAN, 2004). A influência dessa caracterização das diferenças sexuais interferiu nas relações sociais, produzindo uma “distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre as pessoas, de acordo com seu sexo.” (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004, p.13).

Segundo Pilcher e Whelehan (2004), as diferenças sexuais e seus efeitos foram utilizados para manter um sistema de poder patriarcal e para criar uma consciência entre mulheres que elas eram naturalmente mais adequadas aos papéis *domésticos*.

Essa desigualdade entre as relações de gênero está expressa na Língua Portuguesa, como não poderia deixar de ser, uma vez que a língua, como já mencionado, é uma construção e um produto social e histórico. Tem também a característica de ser interacional e seu conhecimento repassar elementos socioculturais a seus falantes, desde seu aprendizado (AZEREDO, 2008). Partindo desse pressuposto, pode-se inferir que a diferença de gênero, as relações de poder e a hierarquia social são repassadas como elementos constituintes e constituidores da língua e da sociedade.

Entretanto, as desigualdades produzidas pelas noções hierárquicas de gênero, baseadas no sexo das pessoas, demonstra que o estudo da língua poderia contribuir com o combate a mais essa forma de reprodução das desigualdades, trazendo à discussão as diversas possibilidades existentes para mudar a representação das mulheres. Isso implica dizer que os estudos da língua poderiam evoluir não só na conceituação de gênero, como também avançar nas múltiplas propostas e possibilidades de significar as mulheres, utilizando mecanismos linguísticos, tais como: substituição de termos, retextualização, mudança de conjugação verbal, omissão de pessoa do discurso, entre outros já largamente sugeridos e utilizados por outras línguas (ALARIO et alli, 1995; CERVERA, 2006; UNESCO, 1999; VASQUEZ, 2010).

Dada a relevância dessas questões, este trabalho dedica-se a contribuir com a discussão da língua, verificando como as normas da Língua Portuguesa se

comportam em relação aos gêneros masculino e feminino, analisando algumas práticas sociais de uso da língua e buscando compreender como a dominação masculina se enredou na língua, em suas regras e em seu uso cotidiano.

## **CAPÍTULO 3**

### **Análise das normas e do uso do gênero em Língua Portuguesa**

#### **Metodologia da pesquisa**

Este trabalho de pesquisa seguirá o paradigma metodológico de pesquisa qualitativa por explorar o contexto socio-histórico-cultural de emprego da língua portuguesa no Brasil, ressaltando o caráter subjetivo da linguagem que nomeia e dá visibilidade a alguns sujeitos em detrimento de outros. Trata-se de uma abordagem interpretativista por ter como objetivo a compreensão de fenômenos ocorridos na língua em uso na sociedade. Como sugere Bortoni-Ricardo (2008, p.32), “a capacidade de compreensão do observador está enraizada em seus próprios significados, pois ele (ou ela) não é um relator passivo, mas um agente ativo”. Reforçando o que foi apresentado na Introdução, as experiências vivenciadas pela pesquisadora determinaram a escolha pelo método de análise documental qualitativa (BORTONI-RICARDO, 2008).

A metodologia aplicada a este trabalho de pesquisa implica na análise de alguns manuais de gramática, seguindo as categorias que serão explicadas adiante, e também a verificação do emprego da língua em diferentes práticas sociais. As análises dos dados se deram a partir de diferentes fontes:

- a) Manuais da norma padrão da Língua Portuguesa: AZEREDO, 2008; BECHARA, 2006; CUNHA; CINTRA, 2001;
- b) Editorial do Jornal Folha de São Paulo;
- c) Texto de livro didático de História, indicado para leitura de 4º ano do Ensino Fundamental;

- d) Texto de livro didático de Filosofia, indicado para leitura do Ensino Médio;
- e) Texto do artigo 14 da Constituição Brasileira de 1988.

Nas análises de alguns manuais de gramática da Língua Portuguesa foram verificadas se as normas que preconizam a flexão de gênero na língua, definidas como padrão, descrevem ou não o uso do gênero masculino como genérico e neutro; e, ainda, se a forma como a sociedade emprega a língua materna pode perpetuar uma representação excludente das mulheres.

Para tanto, foram adotadas duas categorias de análise para os manuais de norma padrão:

- 1) Identificação da explicação sobre a flexão de gênero nos substantivos: serão observadas as definições conceituais acerca da morfologia da língua, no que diz respeito à definição e ao uso dos gêneros masculino e feminino;
- 2) Identificação da forma como os manuais preconizam ou não o uso do masculino como forma genérica, para representar homens e mulheres; ou em sentido amplo, para representar a humanidade.

Além da análise dos manuais serão observadas situações de práticas sociais de uso da língua escrita. Para tanto, foram analisados textos de determinada circulação social: um artigo da seção Editorial do jornal Folha de São Paulo; textos de dois livros didáticos, um indicado para o 4º ano do Ensino Fundamental (EF), referente à disciplina de História, e outro indicado para o Ensino Médio (EM), de Filosofia; e por último, parte do artigo 14 da Constituição Brasileira de 1988. Essa análise teve como finalidade observar a forma como textos de circulação social, publicados em suportes diversos, lidam com a questão do masculino e do feminino, tanto no ensino da língua portuguesa como na legitimação da linguagem padrão.

A escolha específica desses textos teve como objetivo observar i) o emprego da língua em um jornal de circulação nacional; ii) os livros didáticos que contemplam os dois ciclos do ensino básico – Fundamental e Médio –, para observar o uso da língua tanto no início da vida escolar como em sua fase de conclusão; iii) um artigo da Constituição Brasileira, para perceber ocorrências do uso do masculino como genérico na lei maior que rege todas as outras leis do país.

A partir dos dados coletados, a análise desenvolvida permitiu compreender as assertivas iniciais: 1) se as regras da norma padrão determinam o uso do masculino como genérico e neutro; 2) se a língua portuguesa falada no Brasil é sexista; e 3) em que medida o uso do masculino como genérico pode influenciar a sociedade, perpetuando o modelo patriarcal e androcêntrico, não permitindo às mulheres uma adequada representação linguística ao não nomeá-las.

### **Norma e uso da Língua Portuguesa**

Os dados para a análise das normas gramaticais foram coletados dos seguintes manuais de gramática: *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo, 2008; *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara, 2006; *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, 2001.

Para a análise dos manuais foram estabelecidas, inicialmente, duas categorias: a definição de gênero trazida pelos autores e a forma como esses explicam, ou não, o uso do masculino como forma genérica ou mesmo em sentido amplo.

Quanto à definição de gênero, observou-se que os três autores analisados destacam que a língua portuguesa reconhece dois gêneros: o masculino e o feminino. Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2006) descrevem que os substantivos a que se pode

antepor o artigo o são masculinos, e aqueles a que se pode antepor o artigo a são femininos. Não há um elemento de gênero que seja neutro, como existe nas línguas alemã e inglesa, e que indique qualquer forma de neutralidade e de generalidade na Língua Portuguesa.

Sobre a definição de gênero dos substantivos, Bechara (2006) destaca que "a distinção do gênero nos substantivos não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma" (BECHARA, 2006, p.133). Azeredo (2008) segue a mesma linha de definição, acrescentando que "o gênero é, de modo geral, uma característica convencional dos substantivos historicamente fixada pelo uso" (AZEREDO, 2008, p.158).

Além dessas considerações, cabe observar que os substantivos são divididos em animados e inanimados. A grande questão que se pretende realçar neste trabalho não diz respeito aos substantivos inanimados. A estes foram outorgados arbitrariamente o gênero, afirmado pelo uso e pela tradição, como descrito por Azeredo (2008) e Bechara (2006) no parágrafo anterior. Entretanto, quando as palavras denominam homens e mulheres, o gênero gramatical coincide com o sexo das pessoas, como discutido no capítulo 2 deste trabalho (ver p. 23 e 24). Em *professor/professora* (dentre muitos exemplos possíveis), o gênero gramatical feminino coincide com o sexo das mulheres e o gênero gramatical masculino, com o sexo dos homens.

Partindo desse princípio, utilizar o gênero masculino para nomear uma mulher, ou, em plural, para denominar um grupo de mulheres ou a um grupo misto é um hábito que, no mínimo, esconde e invisibiliza as mulheres e, pior que isso, as "exclui do



processo de representação simbólica que põe a língua em funcionamento" (ALARIO et alli, 1995, p.12).

Voltando aos manuais, Bechara (2006, p.132) descreve ainda que o masculino é o elemento que assume "uma forma geral, não marcada semanticamente, enquanto o feminino expressa uma especialização qualquer" e cita o exemplo *barco/barca*. Esta marcação seguiria a mesma lógica das palavras no plural, diferenciadas na Língua Portuguesa pela letra *s*, com relação às palavras no singular. Segue a descrição de Azeredo (2008, p.159) para a não marcação do masculino:

(...) O masculino é o membro não marcado – isto é, inespecífico – da oposição. Por isso, é ele o escolhido para designar a classe ou a espécie em sentido amplo: **o brasileiro** (isto é, 'o povo brasileiro'), **o trabalhador** (isto é, 'homem ou mulher que trabalha'), **o artista** ('quem produz arte'), **o sem-terra** (isto é, 'habitante da zona rural que não tem onde plantar'), **o gato** (isto é, 'animal felino doméstico').

Cabe ressaltar que a origem do que se poderia chamar de divisão sexual da língua não é esclarecida morfológica e nem etimologicamente nos manuais pesquisados. Também não há descrições sobre o porquê de o masculino ser o membro não marcado, nem sobre as razões para que tenha sido feita essa escolha. Não há explicações sobre os motivos originais para o uso do masculino como genérico. Nada disso está explicitado em nenhum dos manuais analisados. Tradição talvez explique. A tradição patriarcal e androcêntrica das sociedades ocidentais, cujas leis, regras e determinações sempre foram realizadas por homens, já que às mulheres cabia o espaço privado e o cuidado com a família. Mesmo assim, não é registrado nos manuais analisados que essas escolhas tenham sido feitas baseadas em alguma ideologia, embora sua permanência na língua pareça ter servido à manutenção dos propósitos patriarcais dessas sociedades ocidentais.

Sob o subtítulo *Neutralização e sincretismo*, Bechara (2006) cita a ocorrência do masculino usado no plural em adjetivos que se referem a substantivos de gêneros diferentes, reforçando o que também relatam Cunha e Cintra (2001, p.273):

No plano do conteúdo gramatical, a oposição masculino/feminino fica suspensa com frequência no plural, apresentando-se apenas o masculino. Assim, *a menina e a prima estudiosas* no feminino, mas *a menina e o primo estudiosos*, em que o plural masculino se refere aos substantivos de gêneros diferentes. (BECHARA, 2006, p.344)

Ambos manuais (BECHARA, 2008; CUNHA; CINTRA, 2001) afirmam ser a ocorrência mais frequente o uso do masculino plural para concordar adjetivos com substantivos de gêneros diferentes. No exemplo específico utilizado por Bechara na citação acima, a representação feminina não é negligenciada, já que na representação nominal (dos substantivos) ela aparece distinta da representação do homem ou de um grupo. Estão presentes tanto *a menina* como *o primo*. O problema existe quando se diz: *eles são estudiosos* e dentro do *eles* está a menina.

Segue a análise de um texto publicado na seção Editorial do Jornal Folha de São Paulo, do dia 14/09/2010 (Anexo 1). Nele se apresentam dois níveis de ausência de representação feminina. Em uma das situações, ocorre a generalização do masculino para as candidaturas à Presidência da República. Nas eleições de 2010, houve duas candidatas mulheres, uma das quais venceu no segundo turno. Mesmo assim, os jornais e TVs insistiram, durante toda a campanha, em apresentar os *candidatos* à Presidência. Vejam os exemplos, que foram exaustivamente escritos e falados dessa forma por vários órgãos de imprensa.

(...) no debate que confrontou os quatro principais candidatos à Presidência da República.

Espera-se que nos próximos debates presidenciais os candidatos esclareçam que medidas pretendem tomar (...). (ERRO..., 2010, p.A2)

Quando a eleição acabou e a vitória de uma das candidatas foi dada como certa, uma dúvida pairou em vários momentos por diversos órgãos de imprensa. Se ela deveria ser chamada de *presidente*, substantivo comum de dois gêneros, ou *presidenta*, já dicionarizado e aceito como possibilidade pelos manuais de gramática consultados para esse trabalho. Aliás, a feminização de *presidente* segue a mesma lógica do fenômeno já ocorrido e dicionarizado de outros similares: *mestre/mestra*, *parente/parenta*, *infante/infanta*, *monge/monja*.

A própria Dilma Rousseff, já eleita presidenta do Brasil, para o mandato de 2011 a 2014, tratou de denominar-se, em seu primeiro pronunciamento, de *presidenta*. Ela disse: "A partir de minha posse, serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras". Quem sabe ela mesma acabará por definir como prefere ser chamada e, finalmente, os órgãos de imprensa, assim como os documentos oficiais, passem a contemplar essa nova forma, tão mais coerente com a pessoa que vai ocupar a cadeira da Presidência em breve. Ou, como ressalta Vasquez (2010), "as formas vão sendo propostas e o uso cotidiano e social determinará quais opções permanecem no idioma e quais não".

Na segunda situação retratada no Editorial (ERRO..., 2010, p.A2), apresenta-se a mais comum ocorrência do uso de gênero na língua portuguesa: por repetidas vezes, o texto utiliza o masculino como genérico, para referir-se a um público misto, situação que também se repete *ad nauseum* nos outros documentos analisados, como será visto adiante:

A deterioração da qualidade do ensino, conforme se aproxima a conclusão do ciclo básico, tem a ver com a falta de professores preparados para ensinar aos alunos (...)

O fato de boa parte dos jovens brasileiros estar deixando a escola (...). (ERRO..., 2010, p.A2)

Com relação à associação da profissão com o sexo de quem a pratica, novas formas começaram a surgir a partir da busca da mulher por um maior nível educativo e de sua ida para o mercado de trabalho. Essa transformação social obrigou as línguas a se adaptarem e, ao menos nesse campo, houve avanços significativos.

Também a entrada da mulher nas Forças Armadas acabou forçando a adoção de algumas formas, antes apenas pensadas para homens. Nesse campo, nem todos os problemas foram resolvidos pelo léxico; resolveu-se *oficial/oficiala*, *sargento/sargenta*, *soldado/soldada*, *capitão/capitã*, *coronel/coronela* e *general/generala* (algumas destas recentemente dicionarizadas), mas *cabo*, *major* e outras designações dessa área ainda seguem sem correspondente feminino. Na prática, segundo relata a reportagem de Stela Rosa (2005), as mulheres militares são chamadas ora por seu equivalente feminino, resolvido na prática social (*soldada*); ora pela patente masculina com *feminino* agregado (como em *soldado feminino*); ora pela patente masculina, seguida de seus nomes.

No campo da vida pública, esses desafios também têm se resolvido primeiro na prática, para posteriormente serem acolhidos pela norma padrão. *Ministra*, *deputada*, *prefeita* e outros cargos públicos, já contemplam seus pares femininos, sem grandes traumas. Mesmo assim, nas eleições de 2010, como já descrito, houve problemas em absorver a palavra *presidenta*. Também é possível perceber que os textos oficiais nem sempre acompanham essa tendência, como se pode observar neste trecho do artigo 14 da Constituição (anexo 4):

§5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (BRASIL, 1988, p.17)

No campo jurídico, embora os nomes dos cargos já existam (*juíza, desembargadora, advogada*), as petições dirigem-se sempre aos juízes ou desembargadores. Bechara (2006, p.134) nos descreve o fato:

Na linguagem judicial, as petições iniciais vêm com o masculino com valor generalizante, dada a circunstância de não se saber quem examinará o processo, se juiz ou juíza: Meritíssimo Senhor Juiz, Excelentíssimo Senhor Desembargador.

Curioso que a justificativa seja a do desconhecimento de quem apreciará a matéria. Nesse caso, deveriam constar então as duas formas, masculino e feminino. Faz-nos refletir sobre a resistência que em alguns meios ainda existe à ascensão da mulher a cargos antes destinados apenas aos homens.

No âmbito legislativo, com respeito à formulação de leis e afins, não existe uma regulamentação que obrigue esses textos a seguirem uma linguagem inclusiva, diferente da regra normatizada. Tão pouco existe qualquer orientação a esse respeito no Manual de Redação da Presidência da República (CORREIA, 2009). Bechara (2006) relata que já houve tentativas legais de disciplinar os gêneros dos nomes designativos das funções públicas federais, descrito na Lei 2.749, de 1956:

O gênero gramatical desse nome, em seu natural acolhimento ao sexo do funcionário a quem se refira, tem que obedecer aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto e consagrados na lexicologia do idioma. Devem, portanto, acompanhá-lo neste particular, se forem genericamente variáveis, assumindo, conforme o caso, feição masculina ou feminina, quaisquer adjetivos ou expressões pronominais sintaticamente relacionadas com o dito nome. (BECHARA, 2006, p. 134, nota de rodapé)

Não como fruto da lei de 1956, mas de um amplo debate realizado pela sociedade e a luta de muitas mulheres que, por mais de 80 anos, buscaram equiparação de direitos, o Código Civil de 2002 trouxe algumas mudanças significativas, substituindo, por exemplo, *homem* – que incluía as mulheres no Código Civil de 1916 – por *pessoas*, além de outras mudanças em palavras, expressões e direitos que favorecem as mulheres (CORTÊS, 2003).

Uma tentativa localizada para adotar uma linguagem mais inclusiva em seus textos foi adotada pelo Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região Bahia e Sergipe. Em 2009, foi publicada uma nota técnica que recomenda que as comunicações e documentos do Conselho utilizem uma linguagem não sexista, sugerindo algumas publicações para apoiar essa mudança (CORREIA, 2009).

Seja como for, na prática, a maioria das leis não apresenta a mesma preocupação em representar a população do país como composta por homens e mulheres, em feminino e em masculino. Os artigos da Constituição seguem utilizando o masculino como genérico na maior parte de seus textos, com exceção de alguns específicos, em que a distinção se faz necessária. Seguem outros exemplos do artigo 14 da Constituição da República Federativa do Brasil (Anexo 4), promulgada em 1988 e conhecida como a *Constituição Cidadã*:

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, (...)

(...) para os maiores de dezoito anos;

(...) a) os analfabetos;

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros (...) (BRASIL, 1988, p.17)

Nesses poucos exemplos, já se percebe o que se repete por toda a Constituição brasileira, o uso de masculino para as expressões que definem mulheres e homens, dando a impressão de que este é um país essencialmente masculino.

No último exemplo acima, chama a atenção a forma encontrada para escrever o texto, que seria mais inclusivo assim: *Não podem alistar-se para votar os estrangeiros e as estrangeiras*. A justificativa aqui poderia ser a mesma que costuma ser apresentada por muitas pessoas que resistem à linguagem não sexista: que ela fere o princípio de economia da língua. Como já exposto no segundo capítulo deste

trabalho, a economia linguística não pode ser uma *camisa de força* que impeça as transformações necessárias.

No âmbito educacional, quando se aprende as noções de substantivo, artigos e adjetivos, durante o Ensino Fundamental, essas definições costumam ser ensinadas isoladamente. Primeiro, ensina-se sobre os substantivos e suas flexões – gênero e número – para, *a posteriori*, ensinar os artigos definidos e indefinidos. Ou seja, não se faz uma relação de sentido e de funcionalidade entre as duas noções, e sim uma descrição meramente formal. Por isso, o ensino deste componente morfológico e semântico da língua costuma não permitir que os estudantes façam suas próprias inferências ou descobertas acerca do gênero empregado em práticas sociais cotidianas da língua materna.

Outro ponto para análise é a descrição feita por Bechara (2006, p.344) para o caso em que a palavra “homem” é utilizada para representar homens e mulheres e carregar em si o sentido de humanidade.

Também o singular masculino pode, em certos contextos, assumir valor genérico e, assim, referir-se englobadamente a pessoas do sexo masculino e feminino: *O homem é mortal* (i.é, o homem e a mulher). (grifos do autor)

Essa representação, fartamente encontrada nos estudos da área das ciências sociais e em dicionários, vem sendo utilizada desde tempos imemoriais e tornou-se uma convenção quase unânime. Mas é uma definição, no mínimo, reducionista para os tempos de hoje, após tantas mudanças sociais pelas quais as sociedades passaram. Pensar em todos os seres humanos e confiná-los em uma única palavra que os define, *homem*, pode impedir que o mundo seja visto com o caráter amplo e diverso, impedir que as mulheres do mundo sejam nomeadas, representadas e significadas.

Existem palavras, tanto femininas como masculinas, que são realmente genéricas e incluem os dois sexos, como por exemplo, *o povo brasileiro, vizinhança, ser humano, humanidade, personagem, pessoa, vítima, gente*; estas palavras e expressões (e muitas outras existentes na Língua Portuguesa) não ocultam, nem subordinam nenhum dos dois sexos; antes incluem a ambos. Podem servir para representar simbolicamente o conjunto de homens e mulheres sem preconceito ou omissão de umas e outros (ALARIO et alli, 1995).

Seguindo a análise de dados, a título de exemplificar as normas demonstradas, serão apresentados alguns trechos do livro didático de história, dirigido para o 4º ano do EF (Anexo 2), de Raquel Funari e Mônica Bugelli (2006):

Os escravos não se conformavam com sua condição e as tentativas de fuga eram frequentes.

Zumbi organizou os fugitivos em Palmares, [...]. Ali viviam não só africanos, mas também indígenas e todos os que sofriam com a colonização. (FUNARI; BUGELLI, 2006, p.51)

Todas as ocorrências desses parágrafos (e dos restantes) são de generalização do masculino, mantendo desconhecido o fato de que muitas escravas se revoltavam e fugiam, casos usualmente encontrados em diversos textos classificados da mídia impressa brasileira, referentes a busca e recompensa de escravas fugitivas, especialmente ao final do século XIX, como exemplificado no anexo 5. Entretanto, até em livros de historiadores especializados no tema, a história das escravas não aparece nominalizada.

Voltando ao exemplo, o próprio Zumbi nasceu em Palmares, significando que havia mulheres fugitivas nos quilombos. Contudo, o texto sobre essa história não é explícito e não as cita, omitindo, assim, a riqueza da contribuição feminina na construção simbólico-psicológica, mesmo quando o fato não se dá no espaço do



“Homem branco, adulto, ocidental, civilizado e normal”, expressões utilizadas por Foucault para definir o homem padrão, de quem ele determina a morte, "morte do Homem", em sua obra *As palavras e as coisas*, de 1966 (BRUNI, 1989, p.3).

Seguem outros exemplos, extraídos do livro didático de filosofia, de Sonia Souza (1995), indicado para o Ensino Médio (Anexo 3):

É lugar-comum a afirmação de que os jovens ingressam nas universidades [...].

Para a maioria dos professores, [...]. Supõem que o aluno adquiriria [...]. Tais professores esquecem [...].

A filosofia é uma disciplina que estimula o aluno [...], envolve-o em diálogo [...] em conjunto com os demais, desafia-o a pensar [...] por si mesmo quando confrontado com situações-problema. (SOUZA, 1995, p.9)

Esse livro didático indicado para o Ensino Médio, da disciplina de filosofia, dialoga todo o tempo com “o aluno”, questiona “os professores” e cita “os demais”. Um excesso de generalizações que podem contribuir para deturpar a representação mental dos e das adolescentes, na formação da ideia de participação das mulheres nos processos ativos de apreensão do conhecimento e da capacidade de *pensar por si mesma*. Como será que se veem as adolescentes durante a leitura de um texto como esse presente na abertura do livro de filosofia? Pode ser que se sintam excluídas. Ou não, e essa talvez seja a mais perversa das negações: aquela em que a pessoa negada (*dominada*, segundo Bourdieu, 2003) já não observa que está ausente dos textos e da língua, sua própria língua. O processo que segue é ainda mais perverso: as próprias mulheres e as autoras reproduzem o texto genérico, sem sequer notar sua ausência nele.

Um caso exemplar é de um livro utilizado como fonte neste trabalho, chamado *O professor pesquisador* (BORTONI-RICARDO, 2008). Nele, a autora cita alguns trabalhos na área de educação em que, praticamente, todas as pesquisas citadas

foram realizadas por pesquisadoras. No entanto, o nome do livro se remete ao masculino, tanto no substantivo como no adjetivo. A própria autora – reconhecida professora, pesquisadora e autora de vários livros – se exclui da representação a que tem direito, provavelmente em respeito às regras gramaticais aprendidas.

Outro exemplo prático da reprodução desse padrão pelas mulheres. Uma soldada é entrevistada pelo jornal Extra Classe, do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul. Ela relata que prefere ser chamada pela patente em masculino porque acredita que, assim, será mais respeitada e terá o “reconhecimento da população”; e porque acredita que isso “contribui para a equivalência entre homens e mulheres” (ROSA, 2005).

Infelizmente, a visão individual da entrevistada não é única; as mulheres são levadas a crer, por meio de situações familiares, escolares e outras (como já discutido neste trabalho) a sentirem-se inferiores, a tratarem os homens como referência e a serem tratadas como referenciais deles. Como demonstrado nos anexos 2 e 3, os livros didáticos estão com seus textos repletos de ocorrências nas quais o uso do masculino surge como forma genérica. Observe que o anexo 2 foi extraído de um livro do Ensino Fundamental e o 3, do Ensino Médio. Pode-se concluir que durante a maior parte da vida escolar (para circunscrever apenas o âmbito escolar) essa estrutura e a vivência da língua são absorvidas como naturais e como regras.

Assim, de frase em frase, de página em página, as mulheres seguem permanecendo como se fossem invisíveis em sua representação, o que culmina com a anulação das mulheres em suas próprias escolhas verbais e escritas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido buscou demonstrar que o tratamento dado às questões de gênero, tanto pela norma padrão quanto pelo uso da língua socialmente determinado, corrobora para a manutenção dos aspectos sexistas em diferentes vozes na sociedade: jurídicas, didáticas, midiáticas e normatizadoras. A perpetuação de valores e costumes da sociedade, no que diz respeito ao modelo androcêntrico e patriarcal, está refletida tanto nas regras, como no emprego da língua portuguesa nas práticas sociais.

Ao demonstrar o desenvolvimento dos papéis sociais dos homens e das mulheres nas sociedades ocidentais e o padrão de dominação masculina, difundido e absorvido pela sociedade em geral, percebe-se o quanto o uso do masculino genérico serviu (e ainda serve) como um dos instrumentos para perpetuar essa dominação, não permitindo às mulheres uma adequada representação linguística ao não nomeá-las.

A pesquisa pode constatar que o masculino, utilizado diante de nomes biformes para representar homens e mulheres, é a ocorrência mais comum nas análises de normativas e da aplicação dessas em diferentes textos de circulação social. Também foi observada a ocorrência da utilização da palavra *homem* para representar o conjunto da humanidade, tanto nas regras como nos textos.

Com base em todas as análises realizadas e na observação do emprego da língua nos diversos textos apresentados, pode-se concluir que a assertiva de que a Língua Portuguesa falada no Brasil é sexista seja verdadeira, embora levando em

consideração que este é um trabalho de pesquisa inicial, que merece ser aprofundado. A ideia de romper esse padrão, entretanto, ainda parece estar circunscrita aos movimentos sociais, mormente entre as organizações de mulheres; fora desse contexto, ainda são bastante tímidas as iniciativas.

Levando-se em conta os pressupostos de Bourdieu (2003), seria desejável assistir a um movimento de transformação, com respeito a esse tema, na atitude de alguns setores-chave da sociedade brasileira, leia-se as instituições determinantes desses comportamentos. Se houver propostas de discussão nos setores da educação – incluindo a formação de professores e professoras –, da mídia e dos poderes legislativo, jurídico e executivo, talvez se possa alcançar alguma mudança que permita uma melhor representação linguística às mulheres.

Como apontou Bourdieu (2003), as instituições parecem ser as principais perpetuadoras da dominação masculina e é por meio de intervenções e transformações nelas que se tornará possível romper o padrão patriarcal da sociedade. De acordo com Ludmila Correia (2009), "a língua não é sexista nem racista, mas uma radiografia do que se pensa". Por isso, a importância de que o movimento de mudança da língua se origine a partir de diferentes instituições.

Embora a escolha das palavras seja uma decisão de quem escreve e de quem fala, a linguagem – como fator constituinte e constituidor dos sujeitos sociais – acaba por influenciar essa escolha individual, não oferecendo opções às e aos usuários da língua. Felizmente, já existem algumas alternativas pontuais que demonstram formas de se alterar a representação feminina.

Uma ideia, reproduzida em alguns textos americanos, utiliza os dois gêneros alternados, ou seja, em um capítulo refere-se ao masculino, no seguinte, ao

feminino. Essa prática ainda é limitada e deve ser devidamente informada às pessoas logo no início da publicação, para não gerar confusão. Eco (1977) faz uma observação bastante pertinente – e precoce – na Introdução de seu livro *Como se faz uma tese*:

6. Uma derradeira advertência. O discurso que se segue é, obviamente, tanto para estudantes do sexo masculino quanto do sexo feminino. Como em nossa língua (italiano) não existem expressões neutras válidas para ambos os sexos (...), limito-me a falar sempre de *estudante*; *candidato*, *professor* e *relator*. Não vai nesse uso gramatical qualquer discriminação de sexo\*. (ECO, 2009, p.XV)

\* Poder-se-á perguntar-me por que então não usei professora, candidata etc. É porque trabalhei baseado em notas e experiências pessoais e assim me identifiquei melhor. (p. XV, nota de rodapé)

Infelizmente, o mesmo cuidado não é tomado por diversos autores e autoras brasileiras, que tomam a generalização pelo masculino como regra absoluta, sem preocupação com a representação feminina, como é o caso citado no capítulo 3 (livro *O professor pesquisador*), sem direito a nenhuma observação, como a que fez Eco (1977).

Sabe-se que a língua não é imutável, ao contrário, ela acompanha naturalmente as mudanças sociais (LEDUR apud ROSA, 2010). Como atualmente a mulher tem uma presença em numerosos e diversos espaços da sociedade, Ledur (apud ROSA, 2010) acredita que “se o processo de formação da língua portuguesa iniciasse hoje, ela seguramente seria diferente”.

Na Espanha, ao lançamento da publicação *Nombra*, seguiram-se vários lançamentos similares, direcionados a temas específicos – saúde, meios de comunicação, profissões, estudos acadêmicos e administração pública – igualmente editados pelo governo federal, oferecendo soluções simples para a escolha de palavras e expressões não sexistas. Recorrendo ao conhecimento distribuído em todos esses manuais, foi criado um programa de computador que contém uma base

de dados com mostras textuais de palavras e expressões, sugeridas por aqueles documentos, em um CD-ROM chamado *Nombra.en.red*<sup>11</sup>. As pessoas podem instalar no computador e utilizarem quando quiser encontrar um termo para substituir alguma expressão mais adequada para representar as mulheres.

Vale a pena ressaltar que os livros didáticos utilizados para essa análise são indicados para a adoção e trabalho em sala de aula, dirigidos a crianças entre 9 e 10 anos (Anexo 2) e a adolescentes (Anexo 3). Este fato pode evidenciar que durante a vida escolar no Brasil, essa é a tônica do emprego dos gêneros no ensino da escrita em Língua Portuguesa, sem que haja uma significativa preocupação em representar simbolicamente as mulheres neste contexto. Da forma como os livros se organizam e as regras são prescritas, a mulher está implícita nos termos utilizados em masculino genérico. O problema é que essa percepção é abstrata e subjetiva e depende de cada pessoa compreendê-la ou não, já que concretamente o que aparece escrito são nomes, artigos e adjetivos em masculino. Esse fato acaba reforçando os papéis sociais e perpetuando o modelo, ao invés de rompê-lo.

Nesse sentido, faz-se necessário atribuir melhor representação simbólica no processo de aprendizagem cognitiva da língua, adequado ao que as mulheres conquistaram em âmbito social. É urgente que se reflita melhor na linguagem o mundo como ele é, ou seja, composto por homens nomeados a partir do gênero masculino e mulheres nomeadas a partir do gênero feminino, porque segundo o *Nombra*, o que não se nomeia, não existe.

---

<sup>11</sup> A versão física (em pdf) está disponível em <<http://publicaciones.administracion.es/>>. Acesso em 15 set.2010.

Que este trabalho seja uma contribuição para estimular o debate sobre o tema no âmbito acadêmico no qual se apresenta. Espera-se que as reflexões aqui suscitadas possam ser compreendidas como um instrumento de identificação do fenômeno descrito, possibilitando outras análises sistematizadas acerca desta temática.

## ANEXOS

Anexo 1: Editorial do Jornal Folha de São Paulo, dia 14 set. 2010, pág. A2.

## Erro de cálculo

Duas reportagens publicadas ontem pela **Folha** ajudam a traçar um panorama preocupante para o futuro do país.

A primeira relata que a educação foi tema praticamente ignorado no debate que confrontou os quatro principais candidatos à Presidência da República.

A segunda soma, à já conhecida miríade de indicadores da calamidade da educação no Brasil, a constatação de que um quinto dos alunos prestes a concluir o ensino médio sabem menos matemática que o esperado num estudante do 5º ano do ensino fundamental. Ou seja, uma defasagem de instrução de sete anos.

Apenas 11% dos alunos no 3º ano do ensino médio têm noções de matemática consideradas adequadas a esse nível de instrução. O dado foi obtido a partir dos resultados da Prova Brasil e do Saeb, exames do Ministério da Educação que avaliam alunos de escolas públicas e particulares em matemática e português.

Os números referentes à matemática no 3º ano do ensino médio

são os piores em todos os níveis avaliados. No 5º ano do ensino fundamental, a situação, embora longe do ideal, é bem melhor: chegam a um terço os alunos cujo nível de aprendizado é compatível com o esperado para a série em que se encontram.

A deterioração da qualidade do ensino, conforme se aproxima a conclusão do ciclo básico, tem a ver com a falta de professores preparados para ensinar aos alunos conceitos mais complexos, que vão além das operações básicas lecionadas nos primeiros anos.

O fato de boa parte dos jovens brasileiros estar deixando a escola com um nível de conhecimento tão abaixo do adequado, receita para a perpetuação da vergonhosa desigualdade socioeconômica no país, deveria ser motivo de preocupação máxima dos que buscam a Presidência.

Espera-se que nos próximos debates presidenciais os candidatos esclareçam que medidas pretendem tomar para alterar o lamentável cenário da educação no país.



**Anexo 2:** Livro de história, para o 4º ano do Ensino Fundamental. (FUNARI e BUGELLI, 2006, p.51)

### Resistindo à escravidão

Os escravos não se conformavam com sua condição e as tentativas de fuga eram frequentes.

Os donos dos escravos contavam com os serviços dos capitães-do-mato para recapturar escravos fugitivos. Os que conseguiam fugir procuravam se esconder em lugares de difícil acesso e se unir a outros fugitivos. Eles formavam comunidades que foram chamadas de **quilombos**.

Quando descobertos, os quilombos eram atacados. Os sobreviventes, se não conseguissem fugir, eram devolvidos aos seus senhores e severamente castigados.

Existiram vários quilombos, mas o mais famoso, por ter sido o maior e o que resistiu durante mais tempo, é o quilombo dos Palmares. Essa comunidade, situada na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, chegou a reunir 20 mil pessoas.



Comunidade do quilombo Ivaporanduva, em São Paulo, onde residem cerca de 90 famílias.

### Saiba mais

#### Zumbi, o líder de Palmares

Zumbi organizou os fugitivos em Palmares, em defesa da liberdade. Ali viviam não só africanos, mas também indígenas e todos os que sofriam com a colonização. Enfrentou os maiores exércitos da época e não se rendeu. Foi morto no dia 20 de novembro de 1695, tentando resistir à destruição de Palmares. Hoje, esse é o Dia Nacional da Consciência Negra.

5. Explique o que era um quilombo.

---



---



---

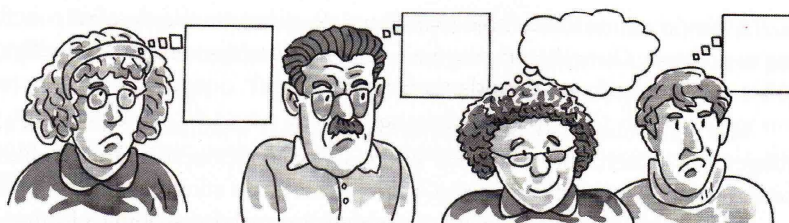


---

### Anexo 3: Livro de filosofia dirigido ao Ensino Médio. (SOUZA, 1995, p.9)

FILOSOFIA: PROCESSO E PRODUTO

9



#### **Aprendendo a pensar melhor**

É lugar-comum a afirmação de que os jovens ingressam nas universidades sem saber raciocinar, pensar ou estudar. Diante dessa evidência, a filosofia pode ajudá-los para que “aprendam a pensar”. Mas o que significa isso?

Para a maioria dos professores, as razões por que se estuda ou se deve estudar essa disciplina confundem-se com os objetivos do ensino em geral. Supõem que o aluno adquiriria hábitos de pesquisa, treino de raciocínio, espírito crítico, criatividade, imaginação, participação dialogante, etc. Tais professores esquecem que esses são objetivos gerais de todo o ensino, e não especificamente da filosofia.

Collingwood (1933: 28-52) defende que o papel da filosofia não é fazer pensar, mas fazer pensar melhor. Presumivelmente, ele quer dizer que a filosofia não motiva o indivíduo a pensar, mas o faz pensar melhor porque fortalece as habilidades de pensamento que ele já possui.

A filosofia é uma disciplina que estimula o aluno a desenvolver suas habilidades cognitivas, envolve-o em diálogo disciplinado para que aprenda a raciocinar em conjunto com os demais, desafia-o a pensar sobre conceitos significantes da tradição filosófica e, acima de tudo, amplia sua capacidade de pensar por si mesmo quando confrontado com situações-problema.

Em resumo, a filosofia prepara o aluno para pensar nas outras disciplinas, na medida em que o incita a fazer uso de “habilidades de pensamento” que precisam ser aprendidas para pensar nas outras matérias. O ensino da filosofia, assim concebido, transforma a sala de aula em uma “comunidade de investigação dialógica cooperativa” (Lipman, 1990: 45 e 61) sobre o caráter problemático da existência humana.

#### **Abordando a matéria filosofia**

Durante todos os anos em que esteve presente no ensino secundário brasileiro, o ensino da filosofia oscilou entre as duas posturas descritas e caracterizadas até aqui: como questão ou processo e como resposta ou produto.

Os objetivos educacionais estabelecidos para o ensino da filosofia sempre procuraram apresentá-la como uma disciplina com a qual o aluno não só aprende a pensar, mas a pensar melhor, tornando-se dessa forma um investigador de questões existenciais problemáticas, capaz de assumir uma postura crítica perante elas. No entanto, voltando os olhos para o passado remoto e recente, o que se verifica na prática é que prevaleceu o ensino de um saber pronto, assimilado de maneira memorística e retórica.



Anexo 4: Artigo 14, Título II, Capítulo IV da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, p.17)

#### CAPÍTULO IV

### Dos Direitos Políticos

■ **Art. 14.** A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Anexo 5: Anúncios publicados no *Jornal do Commercio*, entre os dias 26 e 30 de janeiro de 1850, na *Seção de Annuncios*, pág. 4. Transcrições de microfilmagens da Biblioteca Nacional, rolo n. 34-A1,1,1(34). Acesso em setembro 1982.

"FUGIO no dia 21 do corrente uma preta de nome Thereza de nação Conga, um pouco baixa e magra, cõr bastante retinta: levou vestido de chita em cassa cõr de rosa; quem a levar á casa de seu senhor na rua do Sabão da cidade nova n.3, será bem gratificado."

Thereza, nação Conga

"FUGIO, no dia 22 do corrente, uma preta de nome Marianna, nação Moçambique, que tem os signaes seguintes: é bastante baixa e gorda, tem cadeiras largas e um beijo furado: costuma vender fazendas pelo Engenho Velho, São Christovão e Ponta do Cajá, costuma andar com um preto sem nariz e tem marcas de fogo pelas pernas e pannos pela cara: terá 40 annos, e diz que é forra; quem della der noticia, ou levat ao becco do Cemiterio n.26 receberá boa gratificação."

Marianna, nação Moçambique

"FUGIO, no dia 24 do corrente, da rua do Ouvidor n.90, uma preta de nome Antonia, nação Cabinda, idade de 20 a 24 annos, com os signaes seguintes: alta, um pouco magra, cõr fúla, beiços grossos, falla baixo e bem claro e parece oricula; levou vestido de cassa de cõres, e costuma a fugir para S.Christovão ou Andarahy; protesta-se contra quem a tiver acoutada, e quem a levar ao numero acima será bem recompensado."

Antonia, nação Cabinda

"50\$000 DE GRATIFICAÇÃO  
a quem levar á rua da Carioca (antiga do Piolho) n.85 uma escrava de nome Joanna, fugida a 25 de novembro do anno proximo passado, nação Angola, com os signaes seguintes: alta, reforçada, está pejada de cinco mezes, é bem parecida, falla muito bem; costuma andar pela Saúde, Prainha, morro da Conceição e largo de Santa Rita, onde já foi vista. Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem a tiver acoutada em casa."

Joanna, nação Angola (grávida de cinco mezes)

"FUGIO do Rio Comprido n.14, no dia 27 do corrente, uma preta Mina, de nome Rita, com a cara muito retalhada, signaes de sua nação, e mesmo com uma pequena mancha ao lado do nariz: levou vestido de chita com listras cõr de rosa e azul; quem a levar ao numero acima, ou ao largo de Santa Rita n.20, será gratificado; e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem a tiver acoutada."

Rita, nação Mina

## REFERÊNCIAS

- ALARIO, Carmen; BENGOCHEA, Mercedes; LLEDÓ, Eulalia; VARGAS, Ana. *Nombra en femenino y en masculino: la representación del femenino y el masculino en el lenguaje*. Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales, Instituto de la Mujer, 1995.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BEAUVOIR, Simone de. Infância. In: \_\_\_\_\_. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Vol.2. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. rev. e ampl. 16ª reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Sistema Jornal do Brasil, 1988. p. 17.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Módulo I Diversidade; Módulo II Gênero. In: \_\_\_\_\_. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009. p.17-105. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. *O que é gênero*. 4.ed. Recife: SOS CORPO, 2004. (Cadernos SOS CORPO; v.1).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ECO, Humberto. *Como escrever uma tese*. 22.ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ERRO de Cálculo. *Folha de São Paulo*, seção Editorial, São Paulo, p. A2, 14 set. 2010.
- FUNARI, Raquel dos S.; BUGELLI, Mônica L. *História 4: ensino fundamental*. São Paulo: Edições SM, 2006. (Coleção Aprender Juntos). p. 51.
- IBASE. *Observatório da Cidadania Relatório 2002*. O impacto social da globalização no mundo. Rio de Janeiro: IBASE, 2002. p.32.
- JUNG, Carl G. Sobre os arquétipos do inconsciente coletivo. In: \_\_\_\_\_. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

RODRIGUES, Carla. As ilusões topográficas e o lugar da mulher. In: \_\_\_\_\_. *Coreografias do feminino*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

SOUZA, Sonia M. R. de. *Um outro olhar*. filosofia. São Paulo: FTD, 1995. p. 9.

UNESCO. *Guidelines on gender-neutral language*. S/l: UNESCO, 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. Linguagem, discurso, enunciado, arquivo, episteme... In: \_\_\_\_\_. *Foucault e a Educação*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Coleção Pensadores & Educação)

## SITES CONSULTADOS

ALVES, Maria de Fátima. Da repetição para a aprendizagem: desenvolvimento cognitivo por meio da interação. *Veredas on line – Ensino*, v.11, n.2, p. 41-57, UFJF, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/edicoes-antteriores/volume-11-n%C2%BA-2-2007/>>. Acesso em 05 nov.2010.

BRUNI, José Carlos. Foucault: o silêncio dos sujeitos. *Tempo Social*. Revista Sociologia. USP, São Paulo, v.1, p.199-207, 1989. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v011/fouc aut.pdf>> Acesso em 20 out.2010.

CARDOSO, Elis de Almeida. O gênero do gênero. *Revista Língua Portuguesa*, n.48, São Paulo, out. 2009, p.41-57. Disponível em <<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11855>>. Acesso em 24 set.2010.

CERVERA, Julia P.; FRANCO, Paki V. *Manual para o uso não sexista da linguagem*. Trad. Beatriz Cannabrava. Montevideo: REPEM, 2006. Disponível em: <<http://www.educacion-nosexista.org/repo/manualusonaosexistalinguagempt1.pdf>>. Acesso em 28 set.2010.

CORREIA, Ludmila C. *Reflexões sobre o sexismo na linguagem*. Conselho Regional de Psicologia 3ª Região BA/SE, Nota técnica 01/2009, Salvador, 2009. Disponível em: <[http://www.crp03.org.br/img/Nota\\_tecnica\\_linguagem\\_genero\\_CRP-03.pdf](http://www.crp03.org.br/img/Nota_tecnica_linguagem_genero_CRP-03.pdf)>. Acesso em 10 set.2010.

CORREIA, Margarita. O léxico na economia da língua. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.3, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/522/473>>. Acesso em 01 nov.2010.

CORTÊS, Iáris R. *O Código Civil tem artigo feminino?* CFEMEA, Brasília, jan.2003. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br>>. Acesso em 5 set.2010.

CUNHA, Antônio S. C. da. A flexão de gênero dos substantivos. *Soletras*, ano VIII, n. 15, p.26-34, São Gonçalo, UERJ, jan./jun.2008. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/soletras/15/a\\_flexao\\_de\\_genero\\_dos\\_substantivos.pdf](http://www.filologia.org.br/soletras/15/a_flexao_de_genero_dos_substantivos.pdf)>. Acesso em 28 set.2010.



KOCHMANN, Sandra. O lugar da mulher no Judaísmo. *Revista de Estudos da Religião*, n.2, São Paulo, 2005, p.35-45. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/rever/rv2\\_2005/p\\_kochmann.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/p_kochmann.pdf)>. Acesso em 22 nov.2010.

PILCHER Jane; WHELEHAN, Imelda. *50 Key Concepts in Gender Studies*. London: Sage Publications, 2004. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/13576994/50-Key-Concepts-in-Gender-Studies->>. Acesso em 25 out.2010.

ROSA, Stela. Preconceito na ponta da língua. *Jornal Extra Classe*, Sinpro/RS, ano 10, n.90, Porto Alegre, Abril 2005. Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/abr05/debate.asp>>. Acesso em 24 out.2010.

VAZQUEZ, Olga C. *Rebatiendo lo que otrOs dicen del lenguaje no sexista*. Ciudad de Mujeres, Albacete, Espanha, Abril 2010. Disponível em: <<http://www.ciudaddemujeres.com/articulos/Rebatiendo-lo-que-otrOs-dicen-del>>. Acesso em 05 nov.2010.